

4T23

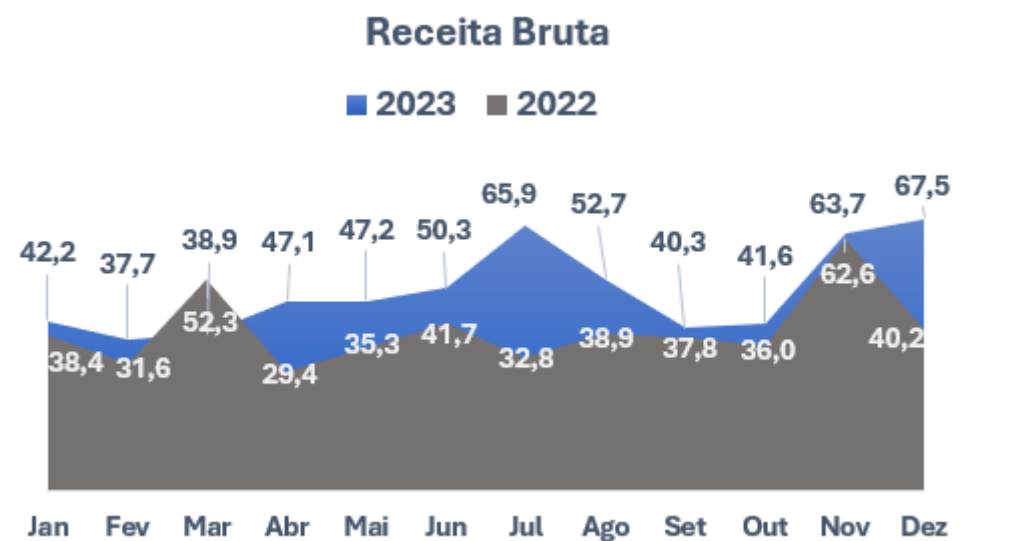
RELEASE DE RESULTADOS

CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo

São Paulo, 11 de março de 2024

Receita Bruta

A empresa relatou uma Receita Bruta totalizando R\$ 595.7 milhões no ano, com picos de performance nos meses de julho, reflexo de recebimento da arrecadação da taxa de fiscalização ambiental (IBAMA) e novembro e dezembro provenientes de saldos de subvenção do tesouro que não haviam sido repassados. Em comparação ao ano anterior, 2023 a receita bruta foi 25% maior (R\$ 118 milhões), pois além do aumento na arrecadação do licenciamento de 12% (R\$ 44 milhões), foram repassados R\$ 77 milhões a mais de subvenção do Tesouro.



Subvenção do Tesouro

A CETESB recebeu a título de subvenção econômica da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo R\$ 123.8 milhões dos R\$ 152.5 milhões previstos na Lei Orçamentária Anual (Lei Estadual nº 17.614, de 26/12/2022). Esses recursos vieram consignados para pagamento de despesas em “Pessoal e Encargos Sociais” e “Custeio”.



Custos e Despesas

Os custos dos serviços prestados e vendidos, juntamente com outras despesas operacionais, foram bem administrados, totalizando aumento de R\$ 51, milhões em relação a 2022. Desse aumento, R\$ 43 milhões foram despesas relacionadas a Pessoal e seus reflexos (Salários, encargos sociais, assistência médica e benefícios)

A CETESB registrou um **Lucro Bruto** de **R\$ 137,1**, um aumento de 113% em relação a 2022. Esse desempenho foi impulsionado por:

- Incremento das receitas de subvenção em R\$ 77 milhões: A CETESB recebeu mais recursos do governo para financiar suas atividades.
- Aumento de R\$ 44 milhões nas receitas ligadas ao poder de polícia: A CETESB arrecadou mais com licenciamento e infrações.

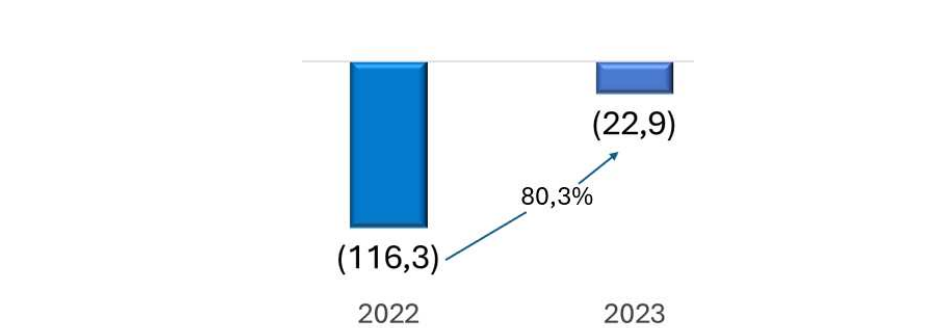
Este resultado demonstra a solidez da gestão da CETESB e sua capacidade de gerar recursos próprios.

Despesas Administrativas

As despesas administrativas foram mantidas sob rígido controle, totalizando R\$ 177,2 milhões, um aumento de R\$ 6,6 milhões. Desse total, R\$ 5,5 milhões se referem a despesas com pessoal, impactadas por negociações salariais e plano de carreira.

Resultado

O exercício fechou com um prejuízo de R\$ 22,9 milhões, um indicador que, apesar de negativo, demonstra uma redução substancial de 80% em relação ao prejuízo de 2022. Em relação ao exercício de 2022, destacamos o aumento de receitas e diminuição de despesas com provisões



	31.12.2023	31.12.2022	VARIAÇÃO
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS E VENDAS	595.726	477.637	25%
Deduções	(23.193)	(22.755)	
TOTAL RECEITAS LÍQUIDAS	572.533	454.882	26%
CUSTO DOS SERVIÇOS E PRODUTOS VENDIDOS	(435.346)	(390.380)	(12%)
LUCRO BRUTO	137.187	64.502	113%
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS	(164.469)	(192.297)	14%
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS ENCARGOS FINANCEIROS	(27.282)	(127.795)	79%
ENCARGOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	4.414	12.018	(63%)
LUCRO/PREJUÍZO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(22.868)	(115.777)	80%
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(70)	(555)	
LUCRO/PREJUÍZO DO PERÍODO	(22.938)	(116.332)	80%



CETESB

Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2023

Índice

Demonstrações Financeiras Individuais

Release de Resultados	2
Balanço Patrimonial	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa	6
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	7
Notas Explicativas.....	8
Relatório de Revisão das Informações Contábeis Intermediárias - Sem Ressalva.....	38



ATIVO	31.12.2023	31.12.2022
CIRCULANTE	137.509	140.247
Equivalentes de Caixa - Recursos Próprios (nota 04)	62.520	71.628
Equivalentes de Caixa - Recursos Vinculados (nota 04)	7.821	8.466
Cientes e Outras Contas a Receber	671	695
Adiantamentos a Empregados (nota 05)	4.963	3.186
Adiantamentos a Fornecedores	2.569	-
Impostos a Recuperar (nota 06)	199	821
Parcelamentos a Receber (nota 07)	8.101	12.093
Depósitos Judiciais (nota 15)	45.348	41.961
Valores a Receber - Dívida Ativa (nota 08)	887	403
Estoques	862	781
Despesas Exercício Seguinte	3.568	213
NÃO CIRCULANTE	216.341	212.122
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	59.700	56.211
Depósitos Judiciais (nota 15)	9.775	10.161
Adiantamentos a Empregados (nota 05)	3.470	2.679
Parcelamentos a Receber (nota 07)	11.427	16.908
Antecipação de Dividendos (nota 17d)	7.133	7.133
Valores a Receber - Dívida Ativa (nota 08)	25.920	17.886
Impostos a Recuperar (nota 06)	1.975	1.444
IMOBILIZADO (nota 09)	154.708	153.151
INVESTIMENTO	8	8
INTANGÍVEL (nota 10)	1.925	2.752
TOTAL	353.850	352.369

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.12.2023	31.12.2022
CIRCULANTE	183.452	168.738
Fornecedores (nota 11)	11.796	8.446
Salários e Remunerações a Pagar (nota 12)	71.953	68.980
Impostos e Contribuições a Recolher (nota 13)	23.593	22.083
Adiantamentos de Convênios (nota 14)	3.484	4.715
Adiantamentos de Clientes	226	217
Outras Contas a Pagar	177	183
Provisão para Contingências (nota 15)	72.153	63.559
Provisão para Contribuição Social	70	555
NÃO CIRCULANTE	113.042	104.165
Impostos Reservas de Reavaliação	441	469
Adiantamentos de Convênios (nota 14)	4.337	3.750
Provisão para Contingências (nota 15)	26.825	27.806
Provisão para Contrib. Prev. (nota 16)	81.439	72.140
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	57.356	79.466
Capital Social (nota 17a)	170.377	169.577
Ações em Tesouraria (-)	(1)	(1)
Reservas de Reavaliação (nota 17b)	18.998	19.282
Prejuízos Acumulados (nota 17c)	(132.018)	(109.392)
TOTAL	353.850	352.369

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO SÃO PAULO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Valores em milhares de reais



Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística

Secretaria de



SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

	nota	31.12.2023	31.12.2022
RECEITA DE SERVIÇOS E VENDAS			
Subvenção de Custeio		123.894	46.816
Exercício do Poder de Polícia Delegado		456.793	412.556
Venda de Serviços e Produtos		15.039	18.265
Deduções		(23.193)	(22.755)
TOTAL RECEITAS LÍQUIDAS	18	572.533	454.882
CUSTO DOS SERVIÇOS E PRODUTOS VENDIDOS E SUBVENCIONADOS	19	(435.346)	(390.380)
LUCRO BRUTO		137.187	64.502
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS			
Despesas Administrativas	19	(177.257)	(170.564)
Despesas/Reversão de Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa - Dívida Ativa		18.955	10.350
Outras Despesas e Receitas Operacionais	20	(6.167)	(32.083)
		(164.469)	(192.297)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS ENCARGOS FINANCEIROS		(27.282)	(127.795)
ENCARGOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	21	4.414	12.018
LUCRO/PREJUÍZO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(22.868)	(115.777)
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(70)	(555)
LUCRO/PREJUÍZO DO PERÍODO		(22.938)	(116.332)
PREJUÍZO POR LOTE DE MIL AÇÕES DE CAPITAL		(R\$ 4,03)	(R\$ 20,58)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO SÃO PAULO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Valores em milhares de reais



Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística

Secretaria de



SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

	31.12.2023	31.12.2022
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(22.938)	(116.332)
Realização das reservas de reavaliação	(284)	(260)
Diferimento da tributação sobre as reservas de reavaliação	312	312
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(22.910)	(116.280)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Valores em milhares de reais

Secretaria de
Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística

	31.12.2023	31.12.2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Prejuízo do Período	(22.938)	(116.332)
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa:		
Provisão Contingências Trabalhistas/Cíveis	15.617	43.147
Provisão para Contribuições Previdenciárias	9.298	0
Provisão para Contribuições Fiscais	1.286	1.168
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Dívida Ativa	(37.851)	25.622
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Outras	2.797	3.098
Provisão PPR-Progr.Partic.Resultados	740	21.134
Provisão Plano de Carreira	661	0
Provisão Férias/13º Salário/Licença Premio	1.381	6.141
Provisão Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(485)	(10.404)
Depreciação do Imobilizado	15.218	10.170
Amortização do Intangível	827	1.343
Realização Reserva de Reavaliação	28	51
Realização Reserva de Lucros a Realizar	0	(616)
Compensação de Encargos Previdenciários	0	42.295
Antecipação de Dividendos	0	(7.133)
Reversão do Diferimento da Tributação	0	852
Baixas no Ativo Imobilizado	(375)	17.526
Baixas no Intangível	0	0
Subtotal	(13.796)	38.062
Variações no Ativo Circulante e Não Circulante		
Clientes e Outras Contas a Receber	10	(185)
Adiantamentos a Empregados	(2.948)	(458)
Adiantamentos a Fornecedores	(2.569)	0
Impostos a Recuperar	(251)	9.681
Parcelamentos a Receber	7.414	9.593
Valores a Receber - Dívida Ativa	29.333	(22.852)
Estoques	(81)	(154)
Despesas Exercício Seguinte	(3.354)	165
Distribuição de Dividendos	0	(63.877)
Depósitos Restituíveis	(3.001)	(42.624)
Subtotal	24.553	(110.711)
Variações no Passivo Circulante e Não Circulante		
Fornecedores	3.351	(3.426)
Salários e Remunerações a Pagar	190	34
Impostos e Contribuições a Recolher	1.510	3.947
Adiantamentos de Convênios	(646)	822
Adiantamentos de Clientes	9	(108)
Outras Contas a Pagar	(6)	(1.721)
Impostos Reservas de Reavaliação	(28)	(856)
Baixas Contingências Trabalhistas/Cíveis	(9.290)	(2.109)
Subtotal	(4.910)	(3.417)
Caixa Líquido gerado pelas Atividades Operacionais	5.847	(76.066)
Atividades de Investimento		
Aquisição de Intangível	-	(53)
Aquisição de Ativo Imobilizado em Curso	(16.400)	(68.530)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(16.400)	(68.583)
Atividades de Financiamento		
Recursos destinados a Aumento de Capital	800	-
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	800	-
Capital Circulante Líquido	(9.753)	(144.649)
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	80.094	224.743
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	70.341	80.094
Variação líquida nos Caixas e Equivalentes de Caixa	(9.753)	(144.649)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Valores em milhares de reais

Secretaria de
Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística

	Capital Social	Ações em Tesouraria	Reservas de Capital	Reservas Legal	Reserva de Lucros Reservas Lucros a Realizar	Reservas de Reavaliação	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	169.577	(1)	3.474	2.986	42.870	18.691	-	237.597
Realização das Reservas de Reavaliação	-	-	-	-	-	(260)	-	(260)
Diferimento da tributação sobre Reservas							312	312
Resultado do Exercício							(116.332)	(116.332)
Reserva de Capital	-	-	(3.474)	-	-	-	3.474	-
Reserva Legal				(2.986)		-	2.986	-
Reversão do diferimento da tributação - Imposto de Renda				-		851	-	851
Contribuição Social Exercício Anterior							(689)	(689)
Reversão parcial da Contribuição Social Exercício Anterior							73	73
Apropriação do Resultado do Exercício							784	784
Dividendos Distribuídos					(42.870)			(42.870)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	169.577	(1)	0	0	0	19.282	(109.392)	79.466
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	169.577	(1)	-	-	-	19.282	(109.392)	79.466
Adiantamento para aumento de capital	800	-	-	-	-	-	-	800
Realização das Reservas de Reavaliação	-	-	-	-	-	(284)	-	(284)
Diferimento da tributação sobre Reservas	-	-	-	-	-	-	312	312
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	(22.938)	(22.938)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	170.377	(1)	-	-	-	18.998	(132.018)	57.356

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO

FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

1.1 Contexto Operacional

A CETESB, com sede na Av. Professor Frederico Hermann Jr., 345 – Alto de Pinheiros – São Paulo – SP é uma empresa pública estadual, parte integrante da Administração Indireta do Estado de São Paulo, em que a Fazenda do Estado de São Paulo detém 99,9999% do capital social. A Companhia foi constituída pela Lei nº 118 de 29/06/1973, alterada pela Lei nº 13.542 de 08/05/2009, vinculada à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL) e possui atribuições legais voltadas para a sua condição de órgão delegado do Governo do Estado de São Paulo, no campo do controle da poluição e de órgão executor do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais – SEAQUA. A CETESB é regida pelas Leis federais nº 6.404/76 e nº 13.303/16 e a Instrução nº 480, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

1.2 Principais eventos ocorridos durante o exercício

a) Diminuição da subvenção econômica

A CETESB recebeu a título de subvenção econômica da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo R\$ 123.894 dos R\$ 152.577 previstos na Lei Orçamentária Anual (Lei Estadual nº 17.614, de 26/12/2022 - "LOA"). Esses recursos vieram consignados para pagamento de despesas em "Pessoal e Encargos Sociais" e "Custeio".

b) Continuidade Operacional

A redução de 18,7% (R\$ 28.683) das receitas de subvenção econômica em relação ao valor previsto pela LOA poderia ser considerada significativa, especialmente em relação ao resultado líquido do exercício (Prejuízo de R\$ 22.938). No entanto, isso demonstra a efetividade do monitoramento dos fluxos de caixa (Sistema Integrado de Execução da Despesa, Empenho e Controle - SIEDESC) da CETESB pela Secretaria da Fazenda e Planejamento, que libera a subvenção paulatinamente, de acordo com a previsão de fluxo de caixa da Cetesb, a fim de garantir a sustentabilidade das suas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

atividades, sem prejuízo de sua continuidade operacional. Apesar disso, os níveis de caixa da CETESB permanecem dentro dos parâmetros considerados normais para uma empresa estatal dependente, com níveis mínimo e máximo de caixa dentro dos padrões do controlador.

c) Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas e têm sua divulgação autorizada pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração, em 08 de março de 2024 e 15 de março de 2024, respectivamente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**- Declaração de conformidade e base de preparação:**

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as disposições da legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas divulgadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Todas as informações relevantes próprias a estas demonstrações financeiras foram evidenciadas e correspondem às atividades da Administração na gestão da Companhia.

- Moeda funcional e de apresentação:

A moeda funcional e de apresentação utilizada nas demonstrações financeiras da Companhia é o Real (R\$) e estão expressas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

- Uso de estimativas e premissas contábeis:

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis, as quais têm como base fatores objetivos e subjetivos e o julgamento da Administração para a determinação do valor adequado a ser registrado e divulgado pela Companhia.

Devido ao fato de tratar-se de valores estimados, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas pode resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, assim, a Companhia revisa suas premissas e consequentemente as estimativas constituídas, cujos efeitos são reconhecidos no período da revisão.

Nestas condições, as estimativas significativas constituídas para as demonstrações financeiras no exercício de 2023 foram:

a) Provisão para perda de valor recuperável dos ativos (Imobilizado e Intangível)

Em consonância com o normativo contábil NBC TG 01 (R4), a Companhia estabelece procedimentos

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

que assegurem que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação. Para tanto, contratou empresa técnica especializada para prestação de serviços de avaliação patrimonial, para fins de atualização da conciliação físico/contábil dos bens tangíveis e intangíveis da CETESB. A referida empresa avaliará os ativos em consonância as Resoluções nº 4.534 e 4.535 de 24/11/2016 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e suas atualizações e as instruções da referida norma contábil, bem como, os pressupostos do CPC 01 (teste de recuperabilidade), CPC 04 (Vida remanescente dos ativos intangíveis), CPC 10 (Valor de reposição / Valor justo/ Mercado/Residual) e CPC 27 (Vida remanescente dos ativos imobilizados).

b) Estimativa para perdas esperadas em contas a receber de clientes, outros recebíveis e outros créditos.

A estimativa para perdas esperadas em contas a receber de clientes, outros recebíveis e outros créditos é constituída a partir da abordagem simplificada da análise, que consiste em reconhecer a perda esperada do crédito, considerando as seguintes evidências: i) indicadores de dificuldade financeira; ii) início de cobrança extra ou judicial; iii) inscrição dos devedores no Cadastro de Inadimplentes – CADIN e, por fim, iv) dificuldade de localização do devedor.

c) Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, sendo constituídas provisões frente aos riscos trabalhistas, cíveis e tributários, quando os processos representem perdas prováveis e estão estimadas com certo grau de segurança, as quais podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação.

Trimestralmente é realizada revisão a fim de verificar alterações nas circunstâncias e premissas que as determinaram, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes são as seguintes:

(i) Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis, quando relevantes, são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) Passivos contingentes: a determinação da provisão necessária para estas contingências é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos assessores legais da Companhia. Em observância ao disposto na Norma Brasileira de Contabilidade – Geral – NBC TG 25 (R1), os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são somente divulgados, e os passivos não mensuráveis com suficiente segurança, classificados como perdas remotas, não são

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

provisionados.

- Normas e interpretações novas e revisadas

Até 31 de dezembro de 2023, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC não publicou novos pronunciamentos, que influenciaram as práticas contábeis aplicadas à Companhia.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão informadas a seguir, as quais foram aplicadas de modo consistente, comparativamente aos exercícios anteriores.

a) Disponibilidades

Correspondem a depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, mantidos pela Companhia com a finalidade de atender a compromissos de custeio de curto prazo e não para investimentos e outros afins (nota explicativa nº 4).

b) Estoques

Os estoques da Companhia são destinados à manutenção das atividades da empresa, como, por exemplo, os suportes de reagentes dos laboratórios. Estão registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, não superiores aos valores de realização.

c) Depósitos Judiciais e Recursais

Depósitos recursais são descaixes compulsórios exigidos para a interposição de recursos processuais, cujo valor, em caso de confirmação da condenação, pode ser descontado do crédito do reclamante ou devolvido à Companhia no final do processo.

Depósitos judiciais são efetuados com o objetivo de garantir a efetividade da decisão judicial, antecipadamente à finalização da respectiva ação, em casos de cumprimento provisório de sentença pela parte vencedora. Também são feitos com o fim de garantir o juízo para apresentação de impugnação ao cumprimento de sentença ou oposição de embargos à execução, sendo acompanhado pela Companhia seu desdobramento até o final da ação. Em todas as hipóteses, o valor é por ela soerguido, na proporção do êxito obtido.

Por sua vez, os registros contábeis são mantidos em valor original mediante o fato dos rendimentos por si produzidos sujeitarem-se à condição suspensiva, num ambiente de incerteza acerca do fluxo de benefícios econômicos futuros, reconhecidos em resultado quando for possível a reversão à

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Companhia.

Os valores por natureza da ação e respectivos montantes estão demonstrados na nota explicativa nº 15.

d) Imobilizado

Até 31/12/2003, o ativo imobilizado era avaliado ao custo de aquisição, acrescido dos valores de reavaliação sobre os imóveis, metodologia realizada anteriormente ao advento da Lei nº 11.638/07. Neste processo, a Companhia adotou o valor residual reavaliado como novo valor de custos dos imóveis (terrenos e benfeitorias). A parcela relativa à realização da reserva de reavaliação referente aos imóveis, exceto terrenos, foi contabilizada na própria conta de Reservas de Reavaliação, na mesma proporção em que os bens são depreciados. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base no prazo estimado de vida útil dos bens. Após este período a Companhia efetua o teste de *impairment* conforme previsto na NBC TG 01 (R4), quando há indícios de perda.

e) Ativo Intangível

O ativo intangível representa ativos identificáveis, sem substância física, resultantes de direito contratual, com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros, registrado pelo valor de custo, deduzidos das amortizações acumuladas, considerando o tempo contratual de uso ou a vida econômica definida para o ativo.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear a partir da data da sua disponibilidade para uso e as despesas subsequentes com ativos intangíveis são capitalizadas somente quando resultarem em aumento dos benefícios econômicos futuros, sendo as despesas relacionadas com a manutenção dos softwares, quando incorridas, reconhecidas em resultado do exercício (nota explicativa nº 10).

f) Provisão para Férias, Licença Prêmio e Encargos

Correspondem às férias vencidas, proporcionais, licença prêmio e respectivos encargos sociais incorridos até 31 de dezembro de 2023.

g) Contabilização dos Convênios

A Companhia celebra “Convênios” com diversas Entidades nacionais, internacionais e Fundos Estaduais para o desenvolvimento de vários projetos relacionados com sua atividade fim. Os recursos provenientes desses convênios são contabilizados quando do seu recebimento, tendo como contrapartida uma conta de obrigação no Passivo, até a realização e aprovação da respectiva

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

prestação de contas.

h) Contribuição Social

A Companhia é optante pela tributação com base no Lucro Real, e em 31/12/2023, o resultado contábil, ajustado pelas adições e exclusões determinadas pela legislação fiscal, acarretou em base de cálculo negativa de R\$ 1.665 ficando dispensada do recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. A Companhia não é contribuinte do Imposto de Renda, devido às suas atividades estatutárias e personalidade jurídica, conforme decisão proferida em seu favor em exercícios anteriores, pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

i) Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados a valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos até a data do Balanço. Em razão das características operacionais da Companhia não são aplicáveis ajustes a valor presente líquido e/ou valor justo de realização.

j) Instrumentos Financeiros

A Companhia participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais e que se destinam a atender as suas necessidades de gerenciamento de disponibilidades. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controles. Os instrumentos financeiros encontram-se registrados em montantes, não superiores aos seus valores de mercado.

4. Disponibilidades

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Os saldos das aplicações financeiras contemplam os rendimentos financeiros em Fundos de Investimento de curto prazo de liquidez imediata e de baixo risco, auferidos e reconhecidos pro rata até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado.

As aplicações financeiras vinculadas a convênios observam os mesmos procedimentos dos recursos próprios, todavia, são tratados separadamente porque estão vinculados aos chamados “convênios” (vide nota explicativa nº 14) e não podem ser aplicados na operação regular da Companhia.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Bancos	2.567	2.916
Aplicações Financeiras - Recursos Próprios	59.953	68.712
Total Recursos Próprios	62.520	71.628
Aplicações Financeiras - Vinculadas a Convênios	7.821	8.466
Total	70.341	80.094

5. ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS

São os adiantamentos decorrentes de férias a usufruir no mês subsequente, adiantamento de 13º salário; assistência médica; viagens e multas de trânsito de empregados autorizados a conduzir veículos da Companhia em suas atividades. Com relação ao adiantamento de assistência médica, vale ressaltar que o plano de saúde que a CETESB oferece aos seus empregados é administrado pela própria empresa, ou seja, os prestadores de serviços médicos são contratados pela CETESB, que arca com cerca de 85% das despesas. A parte dos empregados é contabilizada na rubrica de adiantamento de assistência médica e é reembolsada pelo empregado mediante parcelas mensais descontadas no salário. Para os adiantamentos que ultrapassam o exercício corrente é constituída provisão para perdas de liquidação duvidosa baseado em dados estatísticos do IBGE, levando em consideração a expectativa de vida da população brasileira. Em 31/12/2023 a expectativa era de 75,5 anos.

	<u>CIRCULANTE</u>		<u>NÃO CIRCULANTE</u>	
	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Adiantamento de Assistência Médica	1.938	1.787	14.270	12.156
Adiantamento de Férias	2.850	1.240	-	-
Diversos	175	159	-	-
Atualização Legal Assistência Médica	-	-	(8.702)	(7.759)
PCLD - Assistência Médica	-	-	(2.098)	(1.718)
Total	4.963	3.186	3.470	2.679

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

a) Curto Prazo

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Imposto de Renda	5	107
Pasep	4	6
Cofins	20	29
CSLL	100	124
Antecipação de Contribuição Social	70	555
Total	199	821

b) Longo Prazo

A Companhia não é contribuinte do Imposto de Renda, conforme decisão proferida em seu favor junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). Dessa forma, para todos os impostos retidos durante o exercício são feitos pedidos de ressarcimento junto à Receita Federal do Brasil, via PERDCOMP, após entrega da ECF – Escrituração Contábil Fiscal. A mesma prática é adotada para as Contribuições Sociais dos exercícios em que foram apuradas base negativa.

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Imposto de Renda - Exercícios Anteriores	901	838
CSLL - Exercícios Anteriores	807	609
CSLL Estimada	1.182	570
Diversos	10	11
PCLD	(925)	(584)
Total	1.975	1.444

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. PARCELAMENTOS A RECEBER

São os créditos decorrentes de aplicação de multas ambientais conforme a legislação vigente, à empresas e outras entidades que aderiram a um programa de parcelamento, e da prestação de serviços diversos. No intuito de garantir a liquidez, estes recebíveis são avaliados trimestralmente ou quando da ocorrência de fato superveniente, e, quando constatada inadimplência recorrente evidenciando baixa probabilidade de recebimento, a transferência dos valores do ativo circulante para o ativo não circulante e a constituição de estimativa para possível perda - PCLD. O critério adotado para constituição da provisão para perda são os títulos vencidos há mais de 6 meses. No decorrer do exercício é realizada uma projeção mensal da UFESP para o final do ano, de acordo com a evolução do índice IPC-Fipe e os títulos em aberto são atualizados de acordo com essa projeção.

	<u>CIRCULANTE</u>		<u>NÃO CIRCULANTE</u>	
	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Multas Fontes Móveis	957	1.446	23.272	21.674
Multas Fontes Estacionárias	4.713	6.229	12.720	14.149
Multas Agenda Verde	2.502	4.640	4.098	5.598
Assistência Médica	99	75	807	584
Cursos	-	-	-	7
Diversos	28	-	104	-
PCLD	(198)	(297)	(31.148)	(28.989)
Atualização Legal	-	-	1.574	3.885
Total	8.101	12.093	11.427	16.908

8. VALORES A RECEBER – DÍVIDA ATIVA

No exercício de 2023, a Companhia prosseguiu com as inscrições de multas ambientais no Sistema da Dívida Ativa – SDA, administrado pela Procuradoria Geral do Estado – PGE, apropriando no resultado somente quando a receita é classificada como provável, com perspectiva de recebimento praticamente certo.

Para os títulos a receber, registrados no Ativo Circulante e Não Circulante, a Companhia constituía até o mês de novembro de 2023, provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”) na ordem de 98%, independentemente do prazo de inscrição do título, em consonância a um estudo técnico baseado em análise da média histórica de recebimentos, para o triênio de 2018 a 2020, identificando que os valores de recebimento não ultrapassaram, em média, 2% do saldo dos títulos

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

inscritos na Dívida Ativa da Procuradoria Geral do Estado. Referido estudo foi aprovado na reunião nº 564 do dia 20/10/2021 do Conselho de Administração e é revisado anualmente pela área competente. Em 31/12/2023, adotando o mesmo critério, houve necessidade de alterar a provisão para 97%, o que foi adotado.

a) Inscrições na Dívida Ativa - CIRCULANTE:

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Recebimentos com perspectiva de até 1 exercício social	11.278	10.680
Arrecadação de multas a repassar	549	190
PCLD (-)	<u>(10.940)</u>	<u>(10.467)</u>
Total	887	403

b) Inscrições na Dívida Ativa – NÃO CIRCULANTE:

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Recebimentos com perspectiva acima de 1 exercício social	838.355	836.123
PCLD (-)	(813.204)	(819.400)
Atualização Legal	25.631	55.860
PCLD (-)	(24.862)	(54.743)
CDA's pagas com código indevido	-	2.294
PCLD (-)	<u>-</u>	<u>(2.248)</u>
Total	25.920	17.886

c) Composição da PCLD – Perdas para Créditos de Liquidação Duvidosa:

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Multas Fontes Estacionárias	763.351	753.784
Multas Fontes Móveis	358	345
Multas Agenda Verde	<u>49.495</u>	<u>65.271</u>
Total	813.204	819.400

Com o intuito de aprimorar o critério de estabelecimento da provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa, a Companhia vem envidando esforços, em conjunto com a Procuradoria Geral do Estado, para analisar os processos de multas ambientais inscritos na dívida ativa do Estado, os quais totalizam aproximadamente 12.934 inscrições, até 31 de dezembro de 2023.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. IMOBILIZADO

a) Saldos Patrimoniais

	Depreciação		31.12.2023		31.12.2022		
	Taxa % a.a.	Custo	Deprec. Acumulada	Líquido	Custo	Deprec. Acumulada	
Terrenos		14.957	-	14.957	14.957	-	14.957
Edifícios e Instalações	1,82 a 2,86	75.191	(45.141)	30.050	66.357	(42.122)	24.235
Rede Telemétrica	10	2.233	(2.233)	-	2.287	(2.287)	-
Máquinas e Equipamentos	10	122.292	(78.548)	43.744	107.076	(75.913)	31.163
Móveis e Utensílios	10	5.203	(4.279)	924	5.214	(4.255)	959
Veículos e Embarcações	20 e 5	15.408	(10.769)	4.639	19.588	(14.305)	5.283
Microcomputadores/Periféricos	20	30.536	(19.659)	10.877	26.765	(19.392)	7.373
Benfeitorias em Prop.de 3º	20	36.544	(10.915)	25.629	35.313	(9.531)	25.782
Outras Imobilizações		1.014	(124)	890	1.023	(149)	874
Imobilizações em Andamento		22.998	-	22.998	42.525	-	42.525
Total		326.376	(171.668)	154.708	321.105	(167.954)	153.151

b) Movimentação

	31.12.2022	Aquisições	Baixas	Transfe- rências	Baixas Depreciação	Depreciações	31.12.2023
Terrenos	14.957	-	-	-	-	-	14.957
Edifícios e Instalações	24.235	178	(25)	8.681	84	(3.103)	30.050
Rede Telemétrica	-	-	(53)	-	53	-	-
Máquinas e Equipamentos	31.163	2.565	(4.594)	17.205	4.212	(6.807)	43.744
Móveis e Utensílios	959	211	(223)	5	215	(243)	924
Veículos e Embarcações	5.283	705	(4.884)	5	4.865	(1.335)	4.639
Microcomputadores/Periféricos	7.373	2.679	(2.045)	3.173	2.036	(2.339)	10.877
Benfeitorias em Prop.de 3º	25.782	167	-	1.064	-	(1.384)	25.629
Outras Imobilizações	874	32	-	(9)	-	(7)	890
Imobilizações em Andamento	42.525	9.863	-	(29.390)	-	-	22.998
Total	153.151	16.400	(11.824)	734	11.465	(15.218)	154.708

O valor de R\$ 734 refere-se transferência do ativo Imobilizado para despesas de consumo.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Exercício Anterior

	<u>31.12.2021</u>	<u>Aquisições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Baixas Depreciações</u>	<u>Depreciações</u>	<u>31.12.2022</u>
Terrenos	14.957	-	-	-	-	14.957
Edifícios e Instalações	23.324	3.591	-	-	(2.680)	24.235
Rede Telemétrica	-	-	(1)	-	1	-
Máquinas e Equipamentos	28.343	10.517	(1.844)	-	(5.853)	31.163
Móveis e Utensílios	1.050	178	(438)	-	169	959
Veículos e Embarcações	694	6.657	(1.672)	-	(396)	5.283
Microcomputadores/Periféricos	7.085	2.365	(1.974)	-	(103)	7.373
Benfeitorias em Prop.de 3º	26.534	668	(112)	-	(1.308)	25.782
Outras Imobilizações	876	1	(3)	-	-	874
Imobilizações em Andamento	9.454	44.553	(11.482)	-	-	42.525
Total	112.317	68.530	(17.526)	0	(10.170)	153.151

10. INTANGÍVEL

Composto por licenças de softwares adquiridas para utilização da Companhia em suas atividades administrativas e operacionais, os saldos de intangível são capitalizados e amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

a) Saldos Patrimoniais

	Amortização		31.12.2023	Líquido	Custo	31.12.2022	Líquido
	Taxa % a.a.	Custo	Amortização Acumulada			Amortização Acumulada	
Software	20	13.144	11.219	1.925	13.144	10.392	2.752
Total		13.144	11.219	1.925	13.144	10.392	2.752

b) Movimentação

	<u>31.12.2022</u>	<u>Aquisições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transf. Entre Contas</u>	<u>Amortizações</u>	<u>31.12.2023</u>
Software	2.752	-	-	-	(827)	1.925
Total	2.752	-	-	-	(827)	1.925

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Exercício Anterior

	31.12.2021	Aquisições	Baixas	Transf. Entre Contas	Amortizações	31.12.2022
Software	4.042	53	-	-	(1.343)	2.752
Total	4.042	53	-	-	(1.343)	2.752

11. FORNECEDORES

Representa os compromissos assumidos junto a terceiros pela aquisição de serviços e materiais para uso no ciclo operacional da Companhia bem como pela aquisição de Imobilizado/Intangível. Os ativos imobilizados e intangíveis são reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente mensurados pelo custo amortizado a partir do método da taxa efetiva de juros, quando aplicável. Os principais fornecedores estão destacados no quadro abaixo:

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Aquisição de Veículos	-	2.767
Serviços Assistência Médica	3.560	1.070
Prestação de Serviços Diversos	3.473	988
Serviços de Informática	1.614	501
Máquinas e Equipamentos	107	363
Serviços de Limpeza	372	335
Serviços de Segurança	196	24
Devolução de Taxas	449	714
Serviços de Manutenção	466	926
Energia Elétrica	378	211
Telefonia	158	114
Materiais de Laboratório	863	358
Água e Esgoto	112	40
Materiais Diversos	48	35
Total	<u>11.796</u>	<u>8.446</u>

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES A PAGAR

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Salários	252	62
Prov. Férias e Encargos Sociais	49.042	47.702
Prov. Licença Premio	123	82
Prov. Plano de Carreira	661	-
Prov. Partic. Progr. Resultados	<u>21.875</u>	<u>21.134</u>
Total	71.953	68.980

A Companhia provisiona os salários que são pagos dentro do mês. Nesta rubrica também são provisionadas as férias com os respectivos encargos sociais (INSS e FGTS), licença prêmio e PPR. A provisão de décimo terceiro salário foi liquidada em dezembro de 2023.

13. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	CIRCULANTE	
	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Folha de Pagamento	21.543	20.323
De Terceiros	2.022	1.732
Outros	<u>28</u>	<u>28</u>
Total	23.593	22.083

14. ADIANTAMENTOS DE CONVÊNIOS

A Companhia celebrou vários instrumentos que foram agrupados e chamados de “convênios”. Dentre eles encontram-se: Termos de Convênios, Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), Termos de Compensação Ambiental, Instrumentos de Acordos decorrentes de sentenças judiciais, Termos de Doação, Termos de Colaboração e outros. Cada convênio tem suas cláusulas, tais como: objetivo, plano de trabalho, cronograma, valor, prazo e outras. A maior parte deles foi celebrada com o FEHIDRO – Fundo Estadual de Recursos Hídricos que tem por objetivo financiar programas e ações na área de recursos hídricos no Estado de São Paulo e com a SABESP, que constitui na cooperação e integração técnica entre as companhias para realizar o monitoramento da qualidade do ar em função do teste de oxigenação no Rio Pinheiros.

Na tabela abaixo foram detalhados os valores recebidos antecipadamente para o desenvolvimento de

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

projetos e estão sujeitos a aprovação final, após análise das prestações de contas

	CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
FEHIDRO	1.948	3.241	2.904	2.462
COSAN	67	401	-	-
PETROBRAS	66	45	475	435
CERJU	311	285	793	694
SABESP	668	602	-	-
DAEE	119	104	165	159
LATU URUGUAI	305	37	-	-
Total	3.484	4.715	4.337	3.750

15. CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS

Com base na análise e classificação dos processos ajuizados contra a Companhia, suportadas por opinião de seu Departamento Jurídico, foram constituídas provisões de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais no Passivo, para riscos com perdas consideradas prováveis:

Contingências	CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Trabalhistas	67.674	45.254	2.545	4.564
Cíveis	4.479	18.305	2.978	3.226
Fiscais:				
Autos Infrações 2009	-	-	21.302	20.016
Total	72.153	63.559	26.825	27.806

O montante em 31/12/2023, registrado em Depósitos Judiciais (Ativo Circulante e não Circulante) efetuados para contingências trabalhistas e cíveis, é de R\$ 55.123 (R\$ 52.122 em 31/12/2022).

A movimentação das provisões no exercício de 2023 está demonstrada a seguir:

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Ações	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais
Saldo em 31/12/2022	49.818	21.531	20.016
Adições	38.823	1.652	1.286
Reversões (-)	(11.486)	(13.372)	-
Baixas (-)	(6.936)	(2.354)	-
Saldo em 31/12/2023	70.219	7.457	21.302

15.1) Natureza das contingências**a) Provisão para Contingências Trabalhistas.**

Consiste, principalmente em ações decorrentes de Dissídio Coletivo, de reclamações de ex-empregados reivindicando a reintegração ao emprego, com o pagamento dos salários vencidos no período de afastamento e de diferenças de verbas rescisórias. Como destaque, a CETESB é parte de uma ação decorrente do Dissídio Coletivo referente aos anos de 2020 e 2021, que envolve todos os seus empregados. Em 18.07.2022 foi disponibilizado no âmbito da Ação do Cumprimento nº 1000578-68.2022.5.02.0009, julgando parcialmente procedente os pedidos formulados para condená-la ao pagamento de parcelas relativas as diferenças sobre salários que compreendem períodos entre (30.04.2020 até dezembro de 2021 e 01.05.2021 até dezembro de 2021), bem como, sobre valores de reajustes sobre os benefícios do vale alimentação e vale refeição comercial. Além disso, também na referida ação consta a multa de 10% (dez por cento) do salário base em favor dos empregados substituídos prejudicados.

Contra a referida decisão, a CETESB interpôs Recurso Ordinário com pedido de efeito suspensivo no TST, para o qual aguarda julgamento.

Paralelamente, as entidades sindicais iniciaram a execução provisória da Ação de Cumprimento das sentenças normativas proferidas nos Dissídios Coletivos de 2020/2021 e 2021/2022, Processo nº 1001136-54.2022.5.02.0069, tendo sido determinado pelo Meritíssimo Juízo que, no prazo de 8 dias úteis, contados a partir de 22.08.2022, a CETESB apresentasse os cálculos dos valores referentes aos respectivos dissídios coletivos, retroativos às suas respectivas datas bases, com aplicação de correção monetária e juros, bem como, com a aplicação de multa por descumprimento das obrigações de fazer, no valor equivalente a 10% do salário base em favor dos empregados. Os cálculos foram elaborados e apresentados pela CETESB no prazo legal (31.08.2022), totalizando R\$ 42.002, que correspondem aos proventos, benefícios, encargos e outras indenizações (multa e honorários advocatícios). Os cálculos foram homologados e, a CETESB depositou em 06.10.2022 o valor líquido em Juízo, que

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

corresponde a R\$ 41.200. O valor atualizado em 31/12/2023 é de R\$ 45.348.

b) Provisão para Contingências Cíveis

Consiste, principalmente, de ações com características próprias, sendo, em sua grande maioria, mandados de segurança, contra a aplicação das fórmulas para cálculo do preço das licenças ambientais decorrentes da Decisão de Diretoria nº 315/2015/C e dos Decretos Estaduais nº 62.973/2017 e nº 64.512/2019, em que há a possibilidade de desembolso indireto pela devolução de valores pagos no âmbito dos processos licenciatórios.

c) Provisão para Contingências Fiscais**c.1) Exercício de 2009**

Em 2014, a Receita Federal do Brasil constituiu crédito tributário de R\$ 36.587 referente a contribuições (PIS/PASEP, COFINS e CSLL) relativas à 2009. O montante atualizado em 31/12/2023 é de R\$ 70.865, classificado pelo Departamento Jurídico da seguinte forma: R\$ 21.302, como perda provável e R\$ 49.563 como perda possível. O referido crédito tributário encontra-se em execução fiscal, processo nº 0033927-88.2015.403.6182 e a dívida está garantida por meio de Seguro Garantia contratado pela CETESB. O Seguro Garantia poderá ser alterado conforme desdobramento das medidas judiciais pertinentes ao débito em questão.

c.2) Exercício de 2013

A fiscalização da Secretaria da Receita Federal, em 27/09/2018, emitiu Auto de Infração e Termo de Ciência de Lançamento e de Encerramento Parcial do Procedimento Fiscal nº 081.9000.2016.01291, contra a CETESB, relativo à CSLL do exercício de 2013, no montante de R\$ 26.249. A Companhia ingressou com impugnação ao Auto de Infração na esfera administrativa, questionando o valor arbitrado da contribuição, composto por: montante principal de R\$ 6.571 e multa de R\$ 19.678. Nos termos do Acórdão nº 16-86.301, proferido em 14/03/2019 pela 10ª Turma da DRJ/SPO, a impugnação foi julgada procedente em parte, mantendo o crédito tributário no valor originário de R\$ 3.548, cujo valor atualizado em 31/12/2023 é de R\$ 6.412. A Companhia interpôs recurso voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF e aguarda julgamento. Em 31/12/2023, o Departamento Jurídico da CETESB manteve a classificação desse processo como “perda possível”.

c.3) Exercícios de 2016 e 2017

A Delegacia da Receita Federal do Brasil em São Paulo instaurou procedimentos fiscais com o objetivo

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de examinar o cumprimento das obrigações principais e acessórias pertinentes à contribuição ao Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público ("PIS/PASEP"), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") do período de apuração de 01.01.2016 a 31.12.2017. Em 13.01.2021, após a análise da documentação, foi lavrado Termo de Ciência de Lançamentos e Encerramento Total do Procedimento Fiscal, em relação a (i) CSLL, instaurado o Processo nº 15746-720.053/2021-37, implicando a lavratura do Auto de Infração e a constituição do crédito tributário no valor de R\$ 4.543; (ii) PIS/PASEP e COFINS, instaurado o Processo nº 15746-720.052/2021- 92, culminado na lavratura dos Autos de Infração e a constituição de crédito tributário no valor de R\$ 3.582 e R\$ 16.531, respectivamente. As autuações totalizaram R\$ 24.656, cujo valor atualizado em 31/12/2023 é de R\$ 30.657. As autuações foram recebidas pela CETESB em 14.01.2021. Em 15.02.2021, foram apresentadas tempestivamente suas impugnações. As autuações estão em fase extrajudicial aguardando decisões de primeira instância que poderão ser objeto de recurso voluntário ao CARF. Após o esgotamento da esfera administrativa, caberá avaliação de eventual propositura de ação judicial a depender do entendimento jurisprudencial à época do seu encerramento. Há questionamento expresso sobre a base de cálculo das autuações e há discussão judicial em paralelo sobre o regime de apuração e a composição da base de cálculo para a incidência do PIS/COFINS. Desta forma, a análise do Departamento Jurídico é que tais autuações devem ser classificadas como "perda possível".

d) Divulgação de Processos classificados como de Perda Possível

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Trabalhistas	9.367	12.032
Cíveis	76	225.731
Fiscais:		
Autos Infrações - 2009 (1)	49.563	46.613
Auto Infração - 2013 (2)	6.412	5.878
Autos Infrações - 2016/17 (3)	<u>30.657</u>	<u>27.936</u>
Total	96.075	318.190

- 1) Receita Federal - Autos de infrações, relativos ao exercício de 2009, pelo não recolhimento da COFINS, PIS/PASEP e CSLL. Ação judicial em curso mediante seguro garantia.
- 2) Receita Federal – Auto de Infração, relativo ao exercício de 2013, pelo não recolhimento da CSLL.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

A CETESB apresentou recurso no âmbito da esfera administrativa.

- 3) Receita Federal – Autos de Infrações, relativos aos exercícios de 2016 e 2017, pelo não recolhimento da COFINS, PIS/PASEP e CSLL. A CETESB apresentou recurso no âmbito da esfera administrativa.

16. PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Em outubro de 2020, a CETESB contratou a Agência Brasileira de Planejamento Econômico e Social - AG Brasil, para identificar oportunidades de compensação de contribuições previdenciárias recolhidas em exercícios anteriores com base em interpretação da legislação então vigente. Esse levantamento julgou que o valor de R\$ 59.265 teria sido recolhido a maior nos últimos 5 anos anteriores à 2020. A CETESB optou por fazer a compensação mensal desse valor pago a maior no recolhimento do INSS patronal, abatendo do mesmo, R\$ 264, R\$ 29.582 e R\$ 29.419 dos recolhimentos de 2020, 2021 e 2022, respectivamente, por meio de PERDCOMP. A Administração da CETESB, baseada na análise de seus consultores jurídicos, avaliou os riscos desse procedimento e decidiu fazer o provisionamento dos valores compensados atualizados, enquanto aguarda a homologação do processo de compensação na Receita Federal do Brasil. Em 31/12/2023, o montante provisionado atualizado é de R\$ 81.439 (R\$ 72.140 em 31/12/2022). A variação de R\$ 9.298 foi contabilizada na rubrica Atualização Legal Contribuições Previdenciárias, demonstrada na nota explicativa nº 21.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) **Capital Social:** o capital social está representado por 5.679.218.530 de ações ordinárias de classe única, nominativas e sem valor nominal, perfazendo o montante de R\$ 170.377 em 31/12/2023, (R\$ 169.577 em 31/12/2022), sendo 99,9999% pertencente à Fazenda do Estado de São Paulo e 0,0001% de ações em tesouraria. O aumento do capital social refere-se ao montante de R\$ 800 liberado pela Secretaria da Fazenda no mês de fevereiro de 2023, deliberado na AGE de 20/09/2023;
- b) **Reservas de Reavaliação:** A Companhia realizou no exercício de 2003, a reavaliação dos seus imóveis (terrenos e benfeitorias). No exercício de 2023, houve a realização do montante de R\$ 284, correspondente à depreciação calculada e reconhecida no resultado, sobre os bens reavaliados. Desta forma o saldo das Reservas de Reavaliação é de R\$ 18.998 (R\$ 19.282 em 31/12/2022);
- c) **Prejuízos Acumulados:** Compreende o prejuízo acumulado no exercício de 2023 no montante

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

de (R\$ 22.938), menos reserva de reavaliação (R\$ 312), e o prejuízo acumulado do exercício anterior no montante de (R\$ 109.392), a reserva, totalizando o montante de (R\$ 132.018).

- d) Antecipação de Dividendos:** A Assembleia Geral Ordinária de 25/04/22 aprovou a distribuição de dividendos no valor de R\$ 63.877, relativos ao exercício de 2021, pagos em 20 de maio de 2022. Como a Companhia reapresentou suas demonstrações financeiras de 2020 e 2021, com o objetivo de retificar alguns registros contábeis dos exercícios supracitados, os dividendos relativos ao exercício de 2021, foram distribuídos por um valor a maior no montante de R\$ 7.133, conforme demonstrativo abaixo:

Distribuição de Dividendos - Exercício 2021	<u>Original</u>	<u>Reapresentado</u>
Lucro Líquido do Exercício	67.239	59.730
Apropriação à Reserva Legal - 5%	(3.362)	(2.987)
Reservas de Lucros	63.877	56.744
Dividendos obrigatórios - 25%	(15.969)	(14.186)
Reservas de Lucros a realizar	47.908	42.558

18. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

No quadro a seguir, a CETESB demonstra, em detalhes, a composição de suas receitas operacionais líquidas, sendo que merecem destaque: a subvenção econômica, as receitas obtidas com o sistema de licenciamento ambiental e as receitas auferidas com o recebimento de multas ambientais.

De imediato, deve ser ressaltada a importância da receita “Subvenção Econômica”, que até 31/12/2023 representou 21,6% do montante das receitas líquidas. A Companhia, na condição de “empresa dependente”, consoante o inciso III do artigo 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), recebeu do Governo do Estado de São Paulo a subvenção econômica estabelecida pela Lei Estadual nº 17.614 de 26/12/2022 (lei orçamentária anual), na importância de R\$ 123.894 milhões. O reconhecimento contábil, como receita, foi efetuado no momento do recebimento de cada uma das cotas fixadas no Decreto Estadual nº 67.447, de 13/01/2023 (decreto de execução orçamentária).

Outra receita de grande importância é a obtida com o licenciamento ambiental, a atividade de maior relevância para a CETESB em termos de “controle preventivo da poluição”. Os preços cobrados pelas licenças ambientais emitidas estão regulamentados pelo Decreto Estadual nº 8.468, de 08/09/1976 e suas alterações, sendo, as mais recentes, pelo Decreto Estadual nº 62.973, de 28/11/2017 e Decreto Estadual nº 64.512, de 03/10/2019. O reconhecimento contábil, como receita, foi efetuado no momento do recebimento de cada uma das licenças ambientais, vez que, segundo a legislação vigente, somente devem ser efetuados “à vista”.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ainda com relação ao licenciamento ambiental, há que se ressaltar a atividade de “controle corretivo da poluição”, representado pela aplicação de multas ambientais aos que desrespeitam a legislação acima mencionada, dentre outras. Os ingressos de recursos decorrentes do recebimento de multas ambientais também foram reconhecidos contabilmente somente quando de seu efetivo recebimento, consoante CPC-00-Estrutura Conceitual.

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Subvenção Econômica	<u>123.894</u>	<u>46.816</u>
Exercício de Poder de Polícia		
Licenciamento	362.413	322.201
Multas Ambientais	60.776	59.517
Taxa de Fiscalização Ambiental	<u>33.604</u>	<u>30.838</u>
Subtotal	<u>456.793</u>	<u>412.556</u>
Venda de Serviços/Produtos		
Certificação Veículos/Motocicletas	8.604	10.887
Fecop	1.146	2.546
Fehidro	1.147	1.572
Emissão de Certidões	980	915
Conv. ANA	548	0
Cursos	1.701	1.774
Análises Laboratoriais	798	537
Demais Receitas	<u>115</u>	<u>34</u>
Subtotal	<u>15.039</u>	<u>18.265</u>
Deduções		
ISS/ICMS	(565)	(670)
PASEP/COFINS	(17.018)	(15.399)
Devoluções Licenciamento	(5.210)	(6.394)
Cancelamentos de Vendas/Serviços	(2)	(31)
Cancelamentos de Multas Ambientais	<u>(398)</u>	<u>(261)</u>
Subtotal	<u>(23.193)</u>	<u>(22.755)</u>
Total	<u>572.533</u>	<u>454.882</u>

19. CUSTOS E DESPESAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Custo dos Serv. e Produtos Vendidos e Subvencionados		Despesas Gerais e Administrativas	
	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Pessoal e Reflexos	361.124	327.753	105.260	102.315
Pessoal Afastamento SEMIL	-	-	28.890	30.659
Pessoal Afastamento Fund Florestal			750	590
Remuneração Diretoria	1.285	1.171	841	884
Assistência Médica	20.957	16.871	14.984	10.770
Remun.Órgãos Estatutários	-	-	2.444	1.545
Recup.Pessoal Afastamentos Outros Órgãos			(261)	(243)
Materiais	9.105	10.580	2.711	3.022
Serviços de Terceiros	19.522	12.381	13.645	9.967
Servs.Prestados Partes Relacionadas	-	-	287	259
Viagens	1.551	1.019	751	587
Aluguéis	838	783	670	318
Utilidades	3.778	3.594	2.609	2.150
Seguros	15	3	242	459
Imp/Taxas e Contribuições	932	578	194	2.096
Depreciações/Amortizações	10.999	9.704	5.048	4.616
Repasse FEPRAC	-	-	-	3.815
Distribuição de Custos	4.561	4.486	(4.558)	(4.486)
Demais Despesas	679	1.457	2.750	1.241
Total	435.346	390.380	177.257	170.564

20. OUTRAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Recuperação Despesas de Convênios	7.709	7.795
Outras Recuperações	416	144
Provisões e Reversões de Contingências		
Trabalhistas/Cíveis	(15.617)	(43.144)
Outras Provisões e Reversões	(4.009)	(4.745)
Outras Despesas e Receitas	5.334	7.867
Total	(6.167)	(32.083)

21. ENCARGOS FINANCEIROS LÍQUIDOS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Receitas Financeiras		
Atualização Legal PGE	769	1.118
Atualização Legal Outros	6.840	8.333
Rendimentos Corretora	1.907	1.121
Rendimentos Aplicação Financeira	4.910	15.831
Outras Receitas Financeiras	5.072	294
Total	19.498	26.697
(-) Despesas Financeiras		
Despesas Bancárias	(528)	(549)
Atualização Legal	(5.091)	(13.797)
Atualização Cont. Previdenciária	(9.298)	0
Outras Despesas Financeiras	(167)	(333)
Total	(15.084)	(14.679)
RESULTADO FINANCEIRO	4.414	12.018

22. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros contra incêndio, raio, explosão, transportes nacionais e internacionais e riscos diversos em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros.

23. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, e empresas/entidades a ele relacionadas, em conformidade com inciso VII, artigo 8º, da Lei federal nº 13.303/16.

a) Remuneração dos Administradores

A política de remuneração dos administradores é estabelecida de acordo com diretrizes do Governo do Estado de São Paulo. A fixação da remuneração, das gratificações, dos benefícios e das demais vantagens foi estabelecida pelo Conselho de Defesa dos Capitais do Estado – CODEC, pela Deliberação nº 1, de 01/02/2023, com vigência a partir de 11/02/2023, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária.

b) Transações com Entidades Estaduais

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

I) Serviços contratados

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia possuía em aberto os montantes de R\$ 287 e R\$ 259 a pagar, respectivamente, referentes a serviços prestados de forma continuada por partes relacionadas, classificadas na rubrica “Serviços Prestados Partes Relacionadas” no grupo “Despesas Gerais e Administrativas”, demonstradas na nota explicativa nº 19:

Empresas	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
SABESP	108	40
PRODESP	179	219
Total	287	259

II) Serviços prestados

A CETESB, no âmbito de suas atribuições institucionais, arrecadou no exercício de 2023 e 2022 com as partes relacionadas, o montante de R\$ 11.336 e R\$ 12.345, respectivamente. Os valores referem-se à concessão de licenças ambientais e venda de cursos, serviços e produtos.

Empresas	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
CDHU	56	38
CESP	7	10
CPTM	287	97
DAEE	-	94
DER	83	21
DERSA	-	5
DOCAS - São Sebastião	-	3
EMAE	19	36
EMTU	82	22
IPT - Inst Pesquisas Tecnologicas	5	7
METRO	57	725
SABESP	10.740	11.230
SAP - Sec Adm Penitenciaria	-	2
Secretaria da Saude	-	6
USP	-	49
Total	11.336	12.345

A contabilização dos gastos e custeio da Companhia em relação aos empregados afastados junto à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo - SEMIL e Fundação Florestal-FF foi aprovada pelo Conselho de Administração na 566ª reunião, realizada em 15/12/2021.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL/SP)
31.12.2023 **31.12.2022**

Natureza da transação	Receita	Custos / despesas	Ressarc. de despesa	Total	Receita	Custos / despesas	Ressarc. de despesa	Total
Cessão de empregados	-	25.352	-	25.352	-	28.021	-	28.021
Benefícios a empregados	-	3.538	-	3.538	-	2.638	-	2.638
Telefone	-	152	-	152	-	7	-	7
Aprop.Depreciação	-	268	-	268	-	349	-	349
Energia Elétrica	-	404	-	404	-	477	-	477
Água/Esgoto	-	141	-	141	-	130	-	130
IPTU	-	212	-	212	-	423	-	423
Outros Materiais	-	-	-	-	-	5	-	5
Serv. Terceiros	-	1.167	-	1.167	-	1.135	-	1.135
TOTAL		31.234		31.234		33.185		33.185

Fundação Florestal
31.12.2023

Natureza da transação	Receita	Custos / despesas	Ressarc. de despesa	Total	Receita	Custos / despesas	Ressarc. de despesa	Total
Cessão de empregados	-	648	-	648	-	531	-	531
Benefícios a empregados	-	102	-	102	-	59	-	59
Telefone	-	61	-	61	-	-	-	-
Aprop.Depreciação	-	105	-	105	-	111	-	111
Energia Elétrica	-	153	-	153	-	193	-	193
Água/Esgoto	-	53	-	53	-	53	-	53
IPTU	-	72	-	72	-	171	-	171
Outros Materiais	-	-	-	-	-	2	-	2
Serv. Terceiros	-	438	-	438	-	434	-	434
TOTAL		1.632		1.632		1.554		1.554

c) Afastamento de Empregados

Em 31 de dezembro de 2023, a CETESB possuía 70 empregados afastados à SEMIL e 03 afastados à Fundação Florestal, cujas despesas com salários, encargos sociais e benefícios estão registradas na rubrica "Pessoal Afastamentos SEMIL e Fundação Florestal", no grupo "Despesas Gerais e Administrativas", de R\$ 28.890 e R\$ 750 respectivamente, demonstradas na nota explicativa 19.

No mesmo período, a Companhia possuía também afastamentos de empregados em outros Órgãos Públicos, cujas despesas com salários, encargos sociais e benefícios foram ressarcidas e registradas na rubrica "Recuperação de Despesas – Afastamento de Empregados", no grupo "Despesas Gerais e Administrativas", pelo montante de R\$ 261 e R\$ 243 respectivamente, demonstradas na nota explicativa nº 19.

d) Termo de Compartilhamento de Imóvel e Rateio de Despesas

Em 07 de outubro de 2023, foi firmado o Termo de Compartilhamento de Imóvel e Rateio de Despesas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

número 01/2023/CETESB, registro número 084677/2023-54, pelos representantes da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL) e da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo (FF). O presente termo estabelece a utilização compartilhada dos imóveis da CETESB pelos órgãos citados, bem como o rateio das despesas comuns relacionadas à manutenção funcional dos imóveis (aluguel, condomínio, água, luz, telefone, limpeza, segurança, portaria, recepção, materiais de consumo), utilidades públicas, serviços comuns e despesas gerais.

O critério adotado para o rateio foi a fração de ocupação de área fixada para cada órgão participante, sendo de 76,28% da CETESB, 18,34% da SEMIL e 5,38% da Fundação Florestal. O presente termo foi firmado por prazo indeterminado e os valores serão cobrados no mês subsequente ao término de cada trimestre anual, mediante a prestação de contas apurada pelo órgão gestor (CETESB).

e) Utilização de Imóveis

A SEMIL – Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística e a Fundação Florestal ocupam cerca de 25% da área do imóvel da sede da CETESB. Essas despesas estão contabilizadas e demonstradas no quadro o item “c”.

A CETESB é parte beneficiária de Termo de Cessão de Uso para a utilização de bens imóveis, a título gratuito, para a instalação e operação de Agências Ambientais. Os Órgãos e Entidades cedentes, bem como o início e vencimento dos Termos de Cessão estão demonstrados a seguir:

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Agência Ambiental	Cedente	Início	Vencimento
ABC I	Secretaria da Fazenda	2009	Indeterminado
ABC II	Secretaria da Fazenda	2009	Indeterminado
Americana	Secretaria da Fazenda	2008	Indeterminado
Araçatuba	DER	2013	Indeterminado
Araraquara	DER	2007	Indeterminado
Assis	SEMIL		Indeterminado
Atibaia	Prefeitura	2018	06/12/2038
Avaré	SEMIL	2001	Indeterminado
Barretos	Prefeitura	2018	19/02/2028
Bauru	SP+Perto		Indeterminado
Botucatu	Prefeitura	2018	20/12/2048
Campinas	Secret. Agricultura e Abastecimento	2015	Indeterminado
Capão Bonito	Prefeitura	2008	02/08/2025
Dracena	Prefeitura	2014	Renovando
Embu das Artes	SEMIL		
Franca	Prefeitura		
Guarulhos	Prefeitura	2008	Indeterminado
Itapetininga	DER	2014	Indeterminado
Jabotical	Prefeitura	2013	07/07/2031
Jales	Prefeitura	2008	Indeterminado
Jundiai	DER	2003	Indeterminado
Limeira	Prefeitura	2011	07/11/2026
Marília	Secret. Agricultura e Abastecimento	2000	Indeterminado
Mogi das Cruzes	Prefeitura	2010	Renovando
Mogi Guaçu	Prefeitura	2019	21/02/2024
Osasco	Semil		
Presidente Prudente	DAEE	2013	Indeterminado
Registro	Projeto SP+Perto	2012	Indeterminado
Ribeirão Preto	DER	2003	Indeterminado
Santana	Instituto Florestal	2010	Indeterminado
Santo Amaro	Semil		
São Carlos	Secret. Agricultura e Abastecimento	2008	Indeterminado
São João da Boa Vista	Prefeitura	2020	16/09/2050
São José do Rio Preto	DER	2006	07/07/2025
São José dos Campos	Prefeitura	2017	
Sorocaba	Secretaria da Fazenda	2017	Indeterminado
Tatuapé	SEMIL	2017	25/10/2038
Taubaté	DAEE	2005	Indeterminado
Votuporanga	Prefeitura	2019	16/05/2024

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***24. REMUNERAÇÕES PAGAS AOS ADMINISTRADORES**

Os gastos relacionados à remuneração dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário, com os montantes dos exercícios registrados na rubrica “Remuneração de Órgãos Estatutários”, conforme demonstrado abaixo, foram registrados no grupo “despesas gerais e administrativas”.

	Valores		Número de Membros	
	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Conselho de Administração	1.311	841	11	11
Comitê de Auditoria (*)	752	419	4	3
Conselho Fiscal	381	285	5	5
Diretoria	2.126	2.055	5	5
Total	4.570	3.600	25	24

Além da remuneração mensal, os membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria recebem gratificação anual, equivalente a um honorário mensal, calculada sobre uma base pro rata temporis, no mês de dezembro de cada ano. Conforme estatuto da Companhia, integrará o Conselho de Administração o(a) Diretor(a)-Presidente, além de um membro do Comitê de Auditoria de órgão técnico que deverá optar neste caso, por uma das remunerações.

CETESB – COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações
contábeis

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de QR Code para acessar o conteúdo da imagem.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Acionistas e aos Conselheiros da

CETESB – COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da CETESB – COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CETESB – COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à CETESB – COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Partes relacionadas

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 16, os fluxos de caixa da Companhia são monitorados pelo (Sistema Integrado de Execução da Despesa, Empenho e Controle – SIEDESC) da CETESB e pela Secretaria da Fazenda e Planejamento, que libera as subvenções paulatinamente a fim de garantir a sustentabilidade das suas atividades sem prejuízo da continuidade operacional. Adicionalmente, informamos que a CETESB recebe, a título de subvenção econômica, da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, valores previstos na Lei Orçamentária Anual (Lei Estadual nº 17.614, de 26/12/2022). Esses recursos vêm consignados para pagamento de despesas em “Pessoal e Encargos Sociais” e “Custeio”. Em função disso, os níveis de caixa da CETESB permanecem dentro dos parâmetros considerados normais para uma empresa estatal dependente, com níveis mínimo e máximo de caixa dentro dos padrões do controlador. As demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente de ser causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 14 de março de 2024.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

ROGER MACIEL DE
OLIVEIRA:90238435091

Assinado de forma digital por ROGER
MACIEL DE OLIVEIRA:90238435091
Dados: 2024.03.14 15:56:05 -03'00'

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

ELIANE TANIA
RESMINI:65073061
004

Assinado de forma digital por ELIANE TANIA
RESMINI:65073061004
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=(EM
BRANCO), ou=01579286000174, ou=presencial,
cn=ELIANE TANIA RESMINI:65073061004
Dados: 2024.03.14 16:57:57 -03'00'

Eliane Tânia Resmini
Contadora CRC RS T SP 59.765/O-1
Sócia Responsável Técnica